

INTRODUÇÃO

.

Este livro trata da análise comparada dos sistemas políticos e tem como principal objectivo compreender e explicar como estão estruturados e como funcionam alguns importantes regimes políticos democráticos. Tenta-se especialmente desvendar e clarificar os mecanismos políticos e eleitorais da formação dos executivos, o seu funcionamento e as relações entre poder executivo e poder legislativo em França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e Estados Unidos da América. Para esta edição portuguesa, e sempre que me foi possível, inseri referências pertinentes ao sistema político-institucional português. Espero tê-lo feito, na medida do possível, sem erros nem inexactidões, e com sucesso, ou seja, tornando o caso português efectivamente comparável.

De certo modo, este é um livro que contraria, sobre a matéria, o pensamento dominante. Numa época em que muita gente parece acreditar que a globalização, entre outras coisas, também alterou fortemente a capacidade dos sistemas políticos nacionais e dos seus cidadãos pensantes para a tomada de decisões colectivas significativas, este livro defende a importância de um verdadeiro conhecimento sobre os sistemas políticos nacionais. De facto, na maior parte dos casos, não só as decisões políticas marcantes são tomadas nos e pelos sistemas políticos nacionais e influenciadas (quando não, por vezes, determinadas) pelo voto dos seus cidadãos, como também são os sistemas políticos nacionais, com as suas política e decisões, que constituem os ingredientes fundamentais de que é feita a globalização. Não compreenderemos o processo da globalização se não entender-

mos o funcionamento e as mutações dos sistemas políticos nacionais. Daí que o seu estudo aprofundado interesse também aos estudiosos da globalização, pelo menos àqueles que não se limitem a acreditar que a globalização se resume – sob um outro nome – ao poder dos Estados Unidos da América, atribuindo-lhe, a ela e, no fim de contas, à política dos Estados Unidos, tudo o que de negativo incide na vida dos cidadãos dos vários mundos: o Norte, o Sul, os países em desenvolvimento, os países subdesenvolvidos, o Terceiro Mundo, e mesmo o Quarto (para críticas consentâneas com esta minha linha de pensamento, veja-se Cesa, 2002).

Inversamente, como os leitores poderão constatar, as capacidades de decisão do sistema político dos EUA e do seu Presidente revelam-se um tanto limitadas, não são de facto lineares, nem conseguem, sequer, ser rápidas. Curiosamente, pois, não nos apercebemos minimamente de que tanto os críticos como os defensores da globalização tenham concentrado a sua atenção no funcionamento do sistema político dos Estados Unidos, sobre o qual, em todo o caso, não existem praticamente, em Itália, estudos recentes com algum interesse (apesar de não muito actualizados, vejam-se contudo Cavalli, 1987, e Fabbrini, 1993). Além disso, com base numa concepção incorrecta da análise comparada, o sistema político dos Estados Unidos, mesmo quando estudado pelos próprios Americanos, é considerado um *unicum*, não sendo assim integrado numa perspectiva comparada. Mesmo se, de quando em quando, das partes de cá ou de lá do Atlântico, alguém escreve um importante artigo ou um belo livro a defender que a «excepcionalidade» dos EUA já terminou, a maior parte dos politólogos, mas também dos sociólogos e historiadores americanos, continua a estudar o seu sistema político em esplêndido isolamento, no que foi seguida e imitada pelos estudiosos europeus. O sistema político dos EUA foi considerado, por vezes, um precursor – como se pode ler em *The First New Nation* (Lipset, 1963, e, para actualizações e modificações, Lipset, 1999) – no desbravamento de um caminho para o desenvolvimento nacional, com a construção do Estado, a organização da sociedade, a sociedade étnica e multicultural.

Limito-me aqui a sublinhar que, se quisermos saber mais, não somente sobre os EUA, mas também sobre os sistemas políticos em geral e os da democracia em particular, deveremos estar preparados para fazer análises comparadas sérias que partam das interrogações respeitantes à incidência da estrutura dos sistemas políticos sobre os respectivos funcionamento e rendimento, para apurar semelhanças e diferenças e procurar explicá-las, bem como produzir novas e mais sofisticadas hipóteses e novas e mais convincentes interpretações.

Não creio, como poderá constatar com clareza quem ler os capítulos deste livro, que seja suficiente ou útil recolher muitos dados sem uma hipótese que os organize, ou formular explicações comparadas e, portanto, verificáveis, falsificáveis, melhoráveis, sem conhecer, de maneira convenientemente aprofundada, os sistemas políticos cujo funcionamento se pretende explicar. Aliás, com este procedimento, acaba-se, frequentemente, por apagar as diferenças e formular explicações vagas e – para quem conhece bem apenas um único país – absolutamente insatisfatórias. Não é este o caminho que seguirei.

Muito sinteticamente, são dois os propósitos deste livro: primeiro, oferecer ao leitor não uma quantidade indiferenciada de dados, mas o máximo possível de informações relevantes e bem direccionadas, ou seja, que tenham por objecto aspectos institucionais, considerados de maior interesse, relativos a alguns sistemas políticos ocidentais; segundo, descobrir determinados mecanismos, estruturas, dinâmicas e comportamentos que caracterizem cada sistema político específico, e explicar as suas consequências.

Por estes motivos, escolhi deliberadamente cinco sistemas políticos, aos quais acrescento, nesta edição, Portugal, cada um dos quais, mesmo tendo características distintas muito claras, representa, de algum modo, uma categoria mais alargada: os Estados Unidos da América, para os sistemas presidenciais; a França da V República, para os sistemas semipresidencialistas; Portugal, um caso interessante de semipresidencialismo caracterizado por uma diminuição – mas, de modo algum, por um anulamento – dos poderes presidenciais; a Grã-Bretanha, para o chamado «modelo Westminster», isto é, mais precisamente o governo do primeiro-ministro; a Alemanha, para o governo de chancelaria; e a Itália, para o modelo parlamentar que, continuando a ser um modelo tradicional apesar da modificação do sistema eleitoral, e precisamente por ter alterado o seu sistema eleitoral, é um modelo instável e controverso, atravessado por tensões e conflitos, ainda em fase de transformação, não imune a tentativas/tentações de restauração (Pasquino, 2002).

O livro está organizado em seis densos capítulos. No primeiro, exponho o método de análise comparada e apresento alguns exemplos sobre a maneira como ele foi e pode ser utilizado eficientemente quando se pretende colocar em confronto a totalidade de cada sistema político. No segundo, analiso as modalidades de expressão do voto, avalio de que modo, de acordo com os sistemas eleitorais existentes (maioritário, a uma só volta, de tipo inglês, maioritário, a duas voltas, de tipo francês, variantes de representação proporcional), os eleitores fazem uso do voto estratégico e quais as suas consequências. No terceiro, desenvolvo as diver-

sas modalidades de formação e a eventual dissolução do Governo em cada um dos cinco sistemas políticos. No quarto, indico os problemas de funcionamento de cada sistema político, especialmente o governo dividido nos EUA, a coabitação em França e a instabilidade e a «indecisão» nos sistemas parlamentares. No quinto capítulo, classifico os sistemas partidários, analiso o seu funcionamento e avalio as suas consequências nos sistemas político-institucionais. Finalmente, no sexto capítulo, faço um balanço conjugando as estruturas dos diversos sistemas políticos com as suas capacidades/potencialidades de decisão e com a qualidade das respectivas democracias.

Em cada capítulo, procurarei «manter agarrados» conjuntamente os seis sistemas políticos, não os «justapondo» (que é, infelizmente, a estratégia prevalentemente utilizada na maior parte dos textos sobre o tema; veja-se, por exemplo, os capítulos – escritos por diversos autores – nos indubitavelmente úteis volumes sob coordenação de Colomer, 1995 e 2002), mas confrontando-os verdadeiramente, analisando as suas diferenças e semelhanças e clarificando as consequências dos seus diversos mecanismos institucionais e das suas diferentes arquitecturas sobre o sistema político enquanto tal e, enfim, como referi, sobre a qualidade da democracia (nem mesmo um mestre como Deutsch, 1970, soube ou quis ir além da justaposição). Se os leitores julgarem que, através de uma aprofundada e escrupulosa comparação, consegui explicar como os seis sistemas políticos seleccionados funcionam, se auto-regulam, se reequilibram, se transformam e mudam, e porquê e com que consequências, terei atingido o meu objectivo principal. Daqui se poderá partir novamente, seja para aprofundar – sem abandonar a perspectiva comparada – o estudo de cada sistema político nacional, ou mesmo de outros sistemas políticos, seja para prosseguir objectivos de comparações ainda mais ambiciosas.

Gianfranco Pasquino
Bolonha, Setembro de 2004

Bibliografia

- Cavalli, L. (1978), *Il Presidente Americano*, Bologna, Il Mulino.
Cesa, M. (2002), «Le Vecchie Novità della Globalizzazione», in *Rivista Italiana di Scienza Politica*, Dezembro, p. 389-422.

- Colomer, J. M. (coordenação de) (1995), *La Política in Europa*, Roma-Bari, Laterza.
- Colomer, J. M. (coordenação de) (2002), *Political Institutions in Europe*, London, Routledge.
- Deutsch, K. W. (1970), *Politics and Government. How People Decide Their Fate*, Boston, Houghton Mifflin.
- Fabbrini, S. (1993), *Il Presidenzialismo degli Stati Uniti*, Roma-Bari, Laterza.
- Lipset, S. M. (1964), *The First New Nation: The United States in Historical and Comparative Perspective*, New York, Basic Books.
- Lipset, S. M. (1999), *The End of Polical Exceptionalism?*, Madrid, Instituto Juan March, Working Paper n.º 141.
- Pasquino, G. (2002), *Il Sistema Politico Italiano*, Bologna, Bononia University Press.